



# FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

1 **ATA DA 4ª ASSEMBLEIA GERALEXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM**  
2 **FLUMINENSE DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ANO DE 2020,**  
3 **realizada no dia 02/09/2020 (quarta-feira), de 14:15h às 18:00, através de**  
4 **videoconferência.** A Assembleia Geral Extraordinária do Fórum Fluminense de  
5 Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH) do dia 02/09/2020, foi iniciada pelo  
6 Coordenador, José Arimathéa Oliveira (CBH MPS) e contou com a presença dos  
7 membros: Nelson Reis (CBH Guandu), José Arimathéa Oliveira (CBH MPS), Vera  
8 Lúcia Teixeira (CBH MPS), Luís Eduardo Amorim (CBH Piabanha), Paulo Cardoso  
9 (CBH BG), Lícius de Sá Freire (CBH R2R), Luís Carlos Teixeira (CBH LSJ), Maria  
10 Inês Paes Ferreira (Macaé Ostras) e João Gomes (CBH BPSI) e os convidados  
11 Rafaela Facchetti (CBH Piabanha) e Júlio Cesar Antunes (CBH Guandu) a equipe:  
12 Roberta Abreu (AGEVAP) Tamires Souza (AGEVAP) e Larah Emediato Ribeiro  
13 (AGEVAP).

## 14 **Item 1. Abertura:**

15 A assembleia foi iniciada pelo coordenador **José Arimathéa**, que deu boas-vindas  
16 aos presentes e realizou a leitura e orientação das regras de conduta para  
17 videoconferência.

## 18 **Item 2. Aprovação da Pauta;**

19 **José Arimathéa** fez a leitura da pauta e questionou se havia alguma sugestão de  
20 alterações. Todos concordaram e a pauta foi aprovada.

## 21 **Item 3. Aprovação da ata do dia 31/07/2020;**

22 **José Arimathéa** questionou se houve alguma contribuição sobre a ata da reunião  
23 e pediu para que se manifestassem. Não havendo manifestações contrárias, a ata  
24 foi aprovada.

## 25 **Item 4. Definição sobre o ECOB 2020;**

26 **Vera Lúcia** informou que a diretoria do CBH MPS não vê a possibilidade de realizar  
27 o evento em 2020 de forma presencial, mas que no próximo ano deveria ocorrer

28 ainda na região do Médio Paraíba do Sul. Quanto a esse ano, para não passar em  
29 branco, sugeriu que fosse feito de forma remota e, para isso, precisavam definir  
30 como aconteceria. Disse que a opinião do CBH MPS é que o evento seja  
31 organizado em três dias, através de videoconferência e pediu a opinião dos demais.

32 **Júlio** perguntou se já havia tema para o ECOB 2021 e **Lícius** disse que já poderiam  
33 pensar sobre o próximo tema, concordando que o evento de 2021 continuasse na  
34 região MPS e propondo que o evento fosse misto, parte presencial e parte virtual,  
35 o que abriria as possibilidades para cidades pequenas. Quanto ao ECOB 2020,  
36 **Lícius** disse que seria irresponsável fazer de outra maneira que não virtual e opinou  
37 que deveriam pegar o que já havia sido estipulado para o evento e ver em quantos  
38 dias seria possível enquadrar. Opinou também que um evento virtual traz com  
39 facilidade a participação de alguém de alta qualidade, podendo ser de outro estado  
40 ou país.

41 A antiga programação para o ECOB 2020 foi projetada e lida para os demais a fim  
42 de definir se o tema continuaria o mesmo e como seria abordado.

43 **Nelson** disse que é um desafio converter a lógica presencial para a virtual e que  
44 tem essa missão também para o FNCBH, onde também iniciará essa discussão.  
45 Opinou que precisam se fixar em um tema e que se o evento for muito longo,  
46 ocupando um dia inteiro, não terá grande adesão, acreditando que haverá mais  
47 público se ocorrer durante mais dias no período noite.

48 **José Arimathéa** disse que a proposta é que realmente fosse feito como seminário,  
49 ocupando três noites. Compartilhou que tem feito lives particulares, nas quais  
50 percebeu que havia maior engajamento entre as 19 e 21h e disse que o melhor  
51 é que o evento tivesse no máximo 2h por dia, pois a condição da estrutura virtual  
52 requer que tenha mais concisão nas falas. Disse que seria possível desenhar um  
53 evento que se tenha os minicursos e que o google meet permite várias ferramentas  
54 para gerenciar as salas, entre outras que poderiam se apropriar. Informou que ele  
55 e Roberta viram algumas empresas que estão se especializando em gestão de  
56 eventos online, mas que não tinham achado nenhuma vantagem comparando com

57 as ferramentas que o próprio google meet oferece, acreditando que tinha condição  
58 de as equipes das delegatárias gerirem esse evento, não havendo necessidade  
59 desse custo extra. Disse que poderiam pensar de algumas dessas atividades serem  
60 transmitidas em um espaço um pouco mais equipado, seguindo um modelo híbrido.  
61 Reforçou que sua defesa era que o evento ocorresse em três noites, com períodos  
62 de duas horas em cada dia.

63 **Nelson** disse que poderia dar um impacto maior se tivesse uma mesa, adotando  
64 os requisitos de segurança e seguindo o que tem sido feito em algumas audiências  
65 públicas. Sugeriu que fosse transmitido ao vivo em canais do FFCBH no youtube,  
66 facebook e instagram e, utilizando uma plataforma de interação, facilitaria a  
67 participação das pessoas online com perguntas que seriam respondidas por essa  
68 mesa.

69 **Rafaela** disse que o CBH Piabanha vem estudando a forma de utilizar o stream e  
70 que iria conversar com a secretaria executiva do comitê para poder ajudar e utilizar  
71 outra plataforma. Discordou em realizar uma mesa presencial no atual momento,  
72 afirmando que haveria um risco desnecessário e opinou que deveria ser feito  
73 apenas em âmbito virtual.

74 **Lícius** concordou com **Rafaela** de que não há motivo para colocar mais de uma  
75 pessoa em uma sala e deslocar pessoas a noite para a realização desse evento.  
76 Disse que deveriam aproveitar os profissionais de comunicação da AGEVAP para  
77 fazer esses pequenos vídeos para se apresentar e depois realizar um debate.  
78 Opinou que valia a Delegatária custear cursos para esses profissionais se  
79 especializarem e propôs que a o evento ocorresse na primeira quinzena de  
80 dezembro. Questionou se haveria uma grade com atividades simultâneas,  
81 sugerindo que as atividades fossem reavaliadas.

82 **Vera Lúcia** propôs que ocorresse na última quinzena de novembro. **José**  
83 **Armathéa** sugeriu que fosse feita na primeira semana de dezembro, tendo 90 dias  
84 para organizar a realização do evento.

85 **José Arimathéa** disse que seria importante que, definindo a data, seja comunicado  
86 ao FNCBH para diferenciar o período dos dois eventos, solicitando que **Nelson** o  
87 fizesse, uma vez que necessitaria da experiência dele para a realização desse  
88 evento. (encaminhamento)

89 **Rafaela** sugeriu que fosse feito palestras de aproximadamente 30 minutos,  
90 seguidas por 1 hora de discussão, a fim de fortalecer o debate e trazer a opinião de  
91 todos. Disse que é um momento propício para convidar outros comitês e órgãos de  
92 fora do Rio de Janeiro para se juntar a esse debate.

93 **José Arimathéa** disse que precisaria definir também se manteriam o tema de Plano  
94 de Bacia ou se mudaria para o Novo Marco Regulatório. Opinou que o tema de  
95 Plano de Bacia segue uma lógica dentro dos debates que o ECOB vem feito, mas  
96 por outro lado, o momento em que estão vivendo e o protagonismo que o Fórum e  
97 os comitês tomaram nessa discussão, traz mais força a apresentação do Novo  
98 Marco Regulatório. Disse que quanto ao Plano de Bacia, no CBH MPS teve suas  
99 atividades desaceleradas por não conseguirem fazer um envolvimento externo em  
100 função da pandemia.

101 **Lício** afirmou que deveriam atender um problema muito maior e mais relevante,  
102 principalmente para atrair o público para o sistema de gestão de recursos hídricos  
103 e faria sentido mudar o tema para o que estão vivendo no momento.

104 **Rafaela** disse que para discutir o plano de bacia, ele tem que estar pronto, mas não  
105 sabia afirmar se até dezembro estaria totalmente pronto, logo seria interessante  
106 mover esse tema para 2021. Lembrou a tragédia da região serrana, que faz 10  
107 anos, e que seria interessante que fizessem um momento para lembra-la, mesmo  
108 que fora do ECOB.

109 **João** disse que é o momento de se tratar do Plano de Bacia e se debruçar  
110 completamente em cima dele, fazendo uma interação entre todos os comitês.  
111 Opinou também que um segundo tema para esse evento deveria ser segurança  
112 hídrica, aproveitando os planos do Guandu e do Estado.



## FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

113 **Rafaela** disse que sendo um evento virtual, poderiam discutir os dois temas, sendo  
114 no Marco Regulatório discutindo principalmente as concessões e como se dá essa  
115 parceria público-privada durante três dias e em dois dias poderiam iniciar a  
116 discussão do Plano de Recursos Hídricos. Disse que tem alguns comitês do FFCBH  
117 que já possuem seus planos prontos e poderiam ter um dia apresentando esses  
118 planos e em outro dia expor a situação do plano de bacia do Paraíba do Sul,  
119 reunindo seus comitês afluentes e o CEIVAP. Disse que precisam amadurecer as  
120 ideias e definir quem serão os convidados.

121 **Maria Inês** sugeriu o tema “Saneamento e planos de bacia: o novo marco legal do  
122 saneamento à luz do planejamento integrado do uso dos recursos hídricos”,  
123 propondo um debate integrado do que implica o marco regulatório para os comitês  
124 que já possui plano de bacia e ter uma discussão mais ligada ao saneamento e ao  
125 que está sendo planejado para os demais, mostrando a importância de um  
126 planejamento integrado entre os comitês e outros órgãos. Disse que o ideal era  
127 contemplar as duas vertentes: o novo marco de saneamento, focando no que já  
128 estava planejado.

129 **Lício** sugeriu que fossem feitos cursos antes do ECOB para que chegassem bem  
130 preparados e propôs que ao encerrar a discussão, os comitês trouxessem  
131 desenhos para uma nova proposta até a semana seguinte.

132 **Vera Lúcia** concordou com a ideia de Maria Inês e afirmou que a ideia de tratar do  
133 Marco de Saneamento não inviabilizaria tratar do que já estava sendo proposto.  
134 Propôs que no primeiro dia tratassem dos comitês que já possuem planos, no  
135 segundo dia os comitês que ainda estão em fase de elaboração, no terceiro dia o  
136 CEIVAP com os comitês de interligação, fazendo em todos uma vertente do plano  
137 com o novo marco legal.

138 Foi aberta votação para a realização do evento virtual durante a noite, sendo uma  
139 proposta de 23 a 27 de novembro e a segunda proposta de 30 de novembro a 4 de  
140 dezembro. Pela maioria dos votos, foi escolhida a segunda proposta, sendo que a  
141 quantidade de dias seria definida posteriormente com o desenho do programa. Foi



# FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

142 definido também que os comitês trariam, para a próxima reunião, propostas de  
143 atividades e desenhos para a realização desse evento e que seria feita uma logo  
144 especial para esse evento. (Encaminhamento)

## 145 **Item 5. Discussão sobre Projeto de Lei nº 3.873/2018;**

146 **José Arimathéa** comentou que esse é um projeto de lei falado há muito tempo e  
147 que acha importante perceber que, como a Alerj está funcionando, precisa-se fazer  
148 com que essa temática seja movimentada. Propôs que fosse feita a leitura do PL e  
149 fossem marcados e incluídos as contribuições e os comentários.

150 Os presentes não foram contrários a metodologia e deu-se início a leitura do projeto  
151 de lei.

152 **José Arimathéa** citou que deveriam alterar o Art. 1º, que se referêcia a SERLA,  
153 uma vez que ela foi substituída pelo INEA. Comentou que o Art. 2º, que altera o Art.  
154 6º da Lei 5.234/2008 exclui a obrigação dos 70% para saneamento e que nada era  
155 mais atual do que essa exclusão, seguindo o novo marco regulatória e privatização  
156 e concessão do serviço. Disse que poderia ser uma partida para fazer uma  
157 movimentação junto a Alerj.

158 **Rafaela** chamou atenção que atualmente se trata de 70% do valor arrecadado com  
159 o setor saneamento a ser investido nesse fim, mas que na redação apresentada,  
160 se referenciava 20% do valor total da cobrança pelo uso da água, sendo aplicado  
161 para preservação e recuperação de corpos hídricos. Comentou que era uma  
162 proposta razoável, que embora trocassem uma imposição por outra, era de uma de  
163 baixa resolução para uma altíssima resolução. Afirmou que esse valor de 20% do  
164 total, ainda seria menor do que os 70% do setor saneamento.

165 **Lício** afirmou que todos os comitês seriam impactados positivamente pois a  
166 obrigatoriedade de uso iria acabar em um volume de recurso menor. Disse que  
167 quem seria mais atingido seria o CBH BIG pois possuem grandes empresas, logo  
168 uma contribuição que não sai do saneamento, mas sim da indústria, e que possuem

169 a maior área percentual da bacia preservada, podendo não ser a prioridade deles  
170 o investimento em preservação da bacia.

171 **Rafaela** disse que, sendo a aplicação na recuperação e proteção dos corpos  
172 hídricos, preferencialmente em mananciais, nada impediria que fosse feito um  
173 investimento em saneamento. Reafirmou que há um ganho nesse tipo de  
174 proposição dado o novo marco de saneamento e a tendência das concessões  
175 privadas.

176 **Lícius** disse que sua preocupação é a confiança na atual Alerj, visto que já houve  
177 movimentos de obrigatoriedade em projetos de lei que destinavam o uso do recurso  
178 arrecadado. Afirmou que era um grande risco e que deveriam ponderar sobre.

179 **José Arimathéa** concordou com as colocações e disse que deveriam se apropriar  
180 dos termos do PL para avaliar posteriormente qual seria o próximo passo e como  
181 atuar politicamente.

182 **Júlio** aproveitou a discussão sobre os percentuais aplicados e comentou que não  
183 vinham conseguido avançar as discussões quanto a uso e ocupação do solo e que  
184 deveriam amadurecer essa discussão no âmbito do FFCBH cabendo nesse  
185 assunto um projeto de lei a ser discutido.

186 **Luís Eduardo** comentou que o Marco de Saneamento já possui a devida legalidade  
187 e que deveriam aproveitar esse momento no qual essa questão está formalizada  
188 em âmbito estadual e federal para eliminar o Art. 6º ou então determinar que cada  
189 comitê define o percentual aplicado conforme especificidades requeridas com suas  
190 bacias. Disse que o FFCBH deveria se antecipar nesse assunto e focar nesse  
191 artigo, invés de tratar de todo o projeto de lei e opinou que deveria ser excluído o  
192 artigo original e o proposto pelo PL.

193 **João** concordou com **Júlio** sobre abrir discussão sobre o uso do solo e completou  
194 que deveriam incluir também uma discussão sobre o melhor uso e reuso da água,  
195 visto que a água não pode mais ser usada como vem sendo.



# FÓRUM FLUMINENSE

## DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

196 No Art. 3º, que altera a redação do Art. 7º da Lei 5.234/2008, **José Arimathéa**  
197 comentou que os recursos provenientes do percentual destinado ao INEA se refere  
198 aos 50% do CFURH e que o artigo altera a liberdade de uso que o órgão gestor  
199 tem sobre esses recursos atualmente, tendo ser usado em apoio aos comitês de  
200 bacia e ao sistema de gerenciamento de recursos hídricos.

201 No Art. 4º, que trata da aplicação do montante arrecadado pela cobrança do uso  
202 dos recursos hídricos, **José Arimathéa** comentou que atualmente não é possível  
203 fazer uma parceria com os comitês vizinhos, inclusive com bacias contíguas, em  
204 função da proibição legal e questionou se deveriam tentar viabilizar isso de alguma  
205 forma.

206 **João** comentou que essa é uma questão que não se pode abrir mão,  
207 principalmente se tratando dos comitês de baixa arrecadação, que precisa de apoio  
208 para fazer movimentos maiores.

209 **Rafaela** comentou que o Art. 4º não era ruim, dizendo ser interessante que o uso  
210 dos 10% destinados para o órgão gestor fosse aprovado pelo CERHI, uma vez que  
211 hoje não existe essa prestação de conta. Quanto ao Art. 5º, afirmou ser péssimo  
212 para os comitês, já que diz que o que não foi executado em cinco anos pode ter a  
213 aprovação cancelada.

214 **José Arimathéa** completou que no Art. 5º possui um parágrafo único que dá ao  
215 comitê a autoridade sobre o recurso, em caso de cancelamento da aprovação.  
216 Disse que tem que ser feito uma reflexão, já que nesse artigo entende-se que uma  
217 ação não iniciada em cinco anos deve ser revisada e que isso pode ser feito pelos  
218 comitês independentemente de deliberação em lei.

219 **Rafaela** comentou que tendo uma aplicação plurianual que é revisto de quatro em  
220 quatro anos, não precisaria de estar contido na lei.

221 **Luís Eduardo** sugeriu retirar do Art. 4º, dizendo que seria uma provocação  
222 desnecessária ao INEA. **José Arimathéa** comentou que esse PL já havia sido  
223 discutido pelo CERHI e a prestação de contas do INEA é algo que os comitês



# FÓRUM FLUMINENSE

## DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

224 procuram, visto que não há nenhuma garantia que esse dinheiro é investido em  
225 equipes. **Luís Eduardo** observou que essa deliberação está prevista em outro lugar  
226 e pediu que fosse verificado. (Encaminhamento)

227 Quanto ao Art. 9º, que altera o Art. 9º da Lei 5.639/2010, **José Arimathéa** explicou  
228 que a delegatária só pode fazer contratações a partir de resoluções do INEA e estas  
229 devem estar de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, mas não  
230 necessariamente precisa ter todas as amarrações da Lei de Licitações. **Rafaela**  
231 comentou que esse artigo também seria dispensável, já que a Resolução 160 tinha  
232 esse papel. **José Arimathéa** afirmou ser importante para referenciar em lei e ser  
233 mais claro do que está atualmente.

234 **Luís Eduardo** sugeriu que pedissem o posicionamento da AGEVAP e do CILSJ  
235 quanto ao Art. 9º (Encaminhamento) e reforçou que deveriam aproveitar o momento  
236 para focar no que os comitês achavam necessário, reafirmando ser o principal, a  
237 retirada do Art. 6º da Lei 5.234/2008.

238 **José Arimathéa** e **João Gomes** precisaram se retirar da reunião, pedindo para  
239 que dessem a continuidade aos tópicos seguintes.

### 240 **Item 6. Solicitação da Fiocruz;**

241 **Roberta** disse que o Marcos Filgueiras da Fiocruz enviou um e-mail ao FFCBH,  
242 solicitando contato com os comitês do Rio de Janeiro sobre a questão da  
243 concessão do serviço de saneamento, solicitando nomes e contatos dos  
244 representantes das plenárias e projetou o e-mail recebido. **Rafaela** fez a leitura,  
245 contextualizando que a Fiocruz está interessada em fazer uma aproximação com  
246 os CBHs.

247 Após discussão, os representantes dos comitês não acharam prudente enviar os  
248 nomes dos representantes e seus contatos à Fiocruz sem um pedido institucional  
249 formal, visto que este havia sido feito apenas por e-mail. Foi deliberado que **Rafaela**  
250 entraria em contato com a Fiocruz para saber quem estava solicitando e entender

251 o motivo para então dar uma resposta. (Encaminhamento) **Rafaela** solicitou que a  
252 secretaria encaminhasse a ela esse e-mail. (Encaminhamento)

253 **Item 7. Termo de Compromisso ARIE Floresta da Cicuta;**

254 **Vera Lúcia** contextualizou que o CBH MPS é conselheiro da Floresta da Cicuta,  
255 que é uma área de relevante interesse ecológico da região, tendo quase 600  
256 hectares e está fechada em uma área urbana em responsabilidade da CSN. Disse  
257 que havia um acordo no qual CSN pagaria o plano de manejo e faria a construção  
258 de uma sede, mas a empresa vem descumprindo esse TAC nos últimos 12 anos,  
259 gerando uma multa de seis milhões de reais. Disse também que agora fizeram um  
260 acordo de cooperação fechado em Brasília, no qual excluem o TAC e todos os  
261 compromissos da CSN, tendo o ICMBio acordado em reduzir esse valor para um  
262 milhão e quinhentos mil reais aplicado em torno da Cicuta. Informou que, no  
263 entanto, não há nenhum registro de que esse valor deveria ser usado na Floresta  
264 da Cicuta e ao verificar, vê-se que está indo para outros lugares, como a Floresta  
265 da Tijuca. Concluiu que, dessa forma, a Floresta vai ser protegida apenas durante  
266 cinco anos e após esse período não haverá mais compromisso e nem como manter  
267 a gestão dessa área, que possui várias espécies endêmicas e tem que ser  
268 preservada. Disse que foi o MPE que pediu a opinião do Conselho e como resposta  
269 a inconstância e fragilidade desse acordo e o que a Floresta estaria abrindo mão,  
270 mas que a chefe do Núcleo de Gestão Integrada do Paraíba do Sul fez uma contra  
271 carta rebatendo o que havia sido dito. Comentou que em função disso, o CBH MPS  
272 fez um manifesto, que já saiu em jornal, e que desejam fazer um grande ato público  
273 para a permanência e seguridade na gestão dessa floresta. Disse que o Ministério  
274 Público já homologou a redução do valor da multa e encaminhou ao Ministério da  
275 Justiça, que precisaria de um parecer do MPF, logo enviaram a carta ao MPF e ela  
276 teve uma reunião com o promotor, contextualizando toda a situação e mostrando  
277 sua preocupação com o investimento desse dinheiro em outras áreas que não a  
278 mais atingida com a poluição da empresa. Solicitou a quem pudesse, que  
279 compartilhasse o manifesto feito pelo CBH MPS.



# FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

280 **Luís Eduardo** questionou se o Ministério Público estava do lado da CSN e **Vera**  
281 **Lúcia** respondeu que o Promotor disse que queria ouvir a opinião dos conselheiros  
282 para conhecer todas as partes, sendo dessa forma que ficaram sabendo da  
283 homologação desse acordo, e que foi feita uma apresentação com uma linha do  
284 tempo com todos os descumprimentos de TAC que a CSN vem feito ao longo do  
285 ano. Disse que a luta é para que o compromisso do antigo TAC não seja excluído.

286 **Rafaela** sugeriu que transformassem a carta do CBH MPS em uma carta do FFCBH  
287 para que pudessem se apropriar formalmente e que **Nelson** divulgasse na Rede  
288 Rio. Opinou que o melhor seria os municípios de Volta Redonda e Barra Mansa  
289 assumirem como uma unidade de conservação municipal e fazer com que vire um  
290 parque, usando da própria arrecadação para mantê-lo.

291 **Maria Inês** disse que já teve experiência que envolve mais de um município e não  
292 é muito boa, já que seriam duas unidades de conservação caso fosse  
293 remunicipalizada, ou então deveria ser uma unidade de conservação estadual.  
294 Sugeriu que deveria ser feito por partes, primeiro apoiar o encaminhamento e  
295 depois pensar em alternativas.

296 Foi definido que a secretaria executiva do FFCBH encaminharia essa carta aos  
297 comitês perguntando se apoiavam fazer uma carta semelhante apoiando o  
298 movimento pela Floresta da Cicuta. (Encaminhamento)t

## 299 **Item 8. Assuntos Gerais;**

300 **Maria Inês** contextualizou que participou de uma mesa, junto a José Arimathéa, em  
301 uma atividade da Conferência Livre de Meio Ambiente e Agricultura do Estado do  
302 Rio de Janeiro, cuja discussão era sobre a gestão de recursos hídricos com foco  
303 no saneamento e no novo marco legal. Disse que ao final receberam um convite da  
304 CLEMAARJ para que o FFCBH compoisse a lista de entidades signatárias da  
305 conferência, que também pediram uma reunião para expor e construir estratégias  
306 em conjunto, o que ficou a ser definido com José Arimathéa, e que o Fórum  
307 apoiasse as iniciativas de conferências livres regionais de meio ambiente e  
308 agricultura que comporiam uma conferência estadual, visando chegar em

309 conferências livres nacionais. Encaminhou que essa demanda fosse levada para  
310 as plenárias dos comitês e retornassem ao Fórum. (Encaminhamento)

311 **Júlio** comentou sobre uma situação desagradável que ocorreu com o CBH  
312 Guandu durante a última reunião do GT FUNDRHI e afirmou que o grupo foi criado  
313 para que pudessem ordenar as solicitações do recurso do TAC e não para fazer  
314 avaliação de cada projeto. Solicitou que os representantes do Fórum se  
315 apropriassem da ata da referida reunião, principalmente pela fala da SEFAZ e que  
316 fizessem uma reflexão sobre o assunto.

317 **Maria Inês** complementou que o CILSJ irá pedir ponto de pauta para apresentar os  
318 projetos que já haviam sido apresentados, conforme solicitado pelo coordenador  
319 do GT, cujo recurso não havia sido repassado pelas pendências que possuíam.  
320 Disse não ter entendido bem o que houve e que foi desagradável, uma vez que já  
321 havia uma deliberação dizendo que os recursos estariam liberados.

322 **Lícius** comentou que quem decide a direção que o GT toma é todo o grupo, não o  
323 coordenador e que deveria ser contestado pois não necessitariam de ter que  
324 apresentar novamente o que já foi feito.

325 **Rafaela** disse que o que não é acordado entre os comitês e vai para uma reunião  
326 com o MPE e a SEFAZ demonstra uma desunião e desorganização entre os CBHs  
327 e é muito ruim para o Fórum Fluminense.

328 **Vera Lúcia** disse que deveriam voltar a nivelar no Fórum Fluminense quem vai ficar  
329 com cada parcela e chegar no GT FUNDRHI definidos, organizados e alinhados.  
330 Lembrou que até a 6ª parcela isso era feito e não houve problemas, mas que com  
331 essa demora nas reuniões do GT acabou-se perdendo esse hábito. Sugeriu que  
332 para a próxima reunião o Fórum se organizasse previamente e que deveriam estar  
333 presentes o CILSJ e a AGEVAP.

334 **Luís Eduardo** disse ser importante que o CBH Macaé apresentasse a ata que  
335 mostra a aprovação do recurso, afirmando que não pode aprovar algo que já vou  
336 aprovado anteriormente.



# FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

337 Foi encaminhado que na semana anterior ao GT FUNDRHI seria marcada uma  
338 reunião com pauta única a respeito do assunto para se alinhar a posição de todos  
339 os participantes e evitar que haja discussões que demonstre desarmonia entre os  
340 comitês. (Encaminhamento)

341 **Roberta** comentou que a reunião do GT FUNDRHI está marcada para o dia  
342 28/09/2020 e que no dia 22/09/2020 está agendada uma reunião com a Moema  
343 para tratar do Sistema de Outorga.

344 Foi definido que a secretaria faria uma proposição de data para essa reunião pelo  
345 grupo do whatsapp do FFCBH.

## 346 **Item 9. Encerramento.**

347 **Rafaela** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 18:00. A presente  
348 ata foi lavrada por mim, Larah Ribeiro, Estagiária do FFCBH e, depois de aprovada,  
349 será assinada pelos Coordenadores do FFCBH.

350

351

352 **Ata aprovada. Assinatura será após período de isolamento devido à pandemia**

353 **José Arimathéa Oliveira**

**João Gomes de Siqueira**

354 Coordenado Geral FFCBH

Coordenador Adjunto FFCBH

355

356 ENCAMINHAMENTOS: planilha de encaminhamentos segue em anexo.